

Cátedra Itinerante

Inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano



Edital de seleção de projetos 2020/2021

1. Apresentação

O Núcleo de Estudos e Análises sobre Meio-ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade do Cebrap – doravante denominado neste edital simplesmente como **Cebrap Sustentabilidade** -, em parceria com a **Aliança Inclusão Produtiva e Geração de Renda via Empreendedorismo**, iniciativa da **Fundação Arymax**, do **Instituto Humanize** e da **Fundação Tide Setubal** - doravante denominada neste edital simplesmente como Aliança -, convida universidades públicas e privadas, instituições e centros de pesquisa, organizações da sociedade civil, fundações e grupos de pesquisadores a apresentar propostas para o projeto "**Cátedra Itinerante Inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano**", nos termos aqui estabelecidos.

2. Contexto da iniciativa

Na escala mundial a pobreza é um fenômeno predominantemente rural: quase dois terços das pessoas vivendo nesta condição habitam zonas rurais. No Brasil o percentual é oficialmente menor: estima-se que exatamente a metade da população pobre é rural. Mas, este número pode estar subdimensionado. Quando somadas a este contingente aquelas pessoas que vivem nos núcleos urbanos das pequenas cidades interioranas – e que em muitos países seriam classificadas também como rurais – é provável que se chegue ao mesmo percentual observado no plano internacional.

De toda forma, pelo menos um em cada três habitantes das áreas rurais brasileiras vivia, no meio do último decênio, em situação de privação severa, sem acesso sequer a uma alimentação minimamente razoável. O quadro é ainda mais dramático quando se considera que estas estatísticas não tomam em conta os mais de 7 milhões de brasileiros que ingressaram na condição de pobreza nos últimos anos, segundo o Banco Mundial (2019), como consequência da crise econômica continuada vivida desde 2015, nem tampouco os “novos pobres” gerados pelo brutal impacto da pandemia Covid-19. Neste contexto, a situação de alguns segmentos da população, como jovens, mulheres, negros e povos indígenas é especialmente preocupante devido ao seu grau de vulnerabilidade elevado. Pesquisa recente divulgada pelo IBGE (2020) indicou que mais da metade dos domicílios que se encontram em algum grau de insegurança alimentar, são chefiados por mulheres; e mostrou também que há significativa prevalência de insegurança alimentar em domicílios com presença de crianças e jovens até 18 anos. Várias

pesquisas recentemente veiculadas sobre os impactos da pandemia também apontam a maior incidência dos efeitos negativos sobre os demais grupos mencionados.

É verdade que estes números já foram piores: no início dos anos 1990 mais de 70% da população rural vivia sob severas privações. A extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, naquela década, contribuiu decisivamente para diminuir este percentual. E a expansão das políticas de transferências de renda na década seguinte permitiu que se chegasse aos patamares mais baixos da história no país. Ainda assim, é forçoso reconhecer que nos anos recentes a tendência se inverteu e a pobreza voltou a crescer, como apontado acima. E mesmo reconhecendo o inegável sucesso das políticas sociais que vinham sendo experimentadas antes da crise econômica, os estudos disponíveis apontam que não se pode afirmar que o mesmo grau de êxito ocorreu com as tentativas de promover a inclusão produtiva rural (Mello, 2018; Favareto, 2020).

Procurando contribuir para a superação deste desafio, o relatório "Inclusão Produtiva no Brasil: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda", publicado em 2019¹, buscou reunir as melhores evidências disponíveis sobre o tema da inclusão produtiva urbana e rural e identificar possíveis estratégias de atuação.

Sobre inclusão produtiva rural, especificamente, o relatório identificou um contexto abrangente e complexo de oportunidades, além de desafios para a construção de cadeias de valor socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis no Brasil. Uma das principais contribuições daquele estudo é a proposição de uma abordagem multidimensional do problema e, por extensão, a necessidade de um tratamento mais integrado e voltado ao entendimento das interdependências entre estas várias dimensões que importam: capacitação e qualificação, assistência técnica, crédito, acesso a mercados, políticas públicas, relações entre Estado, organizações sociais e atores de mercado.

As diferentes combinações entre estas várias dimensões mencionadas dependem, claro, do contexto de cada experiência e das características dos territórios em que estão inseridas. Não se trata de um *checklist* a cumprir. Esta tentativa de olhar para as interdependências e não para os temas isoladamente marca uma diferença significativa em oposição às visões predominantes e marcadas pela unidimensionalidade e conseqüente fragmentação do olhar. A mensagem principal consiste em evitar tendências, por vezes muito presentes, de se atribuir somente a um ou outro aspecto a expectativa de viabilizar a inclusão das pessoas, famílias ou grupos vulneráveis.

Além disso, a iniciativa da Cátedra assume como premissa que as propostas para a inclusão produtiva devem levar em consideração os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e contribuir para a adaptação e mitigação frente aos efeitos adversos causados pelas mudanças climáticas. Entre os dezessete objetivos definidos pela ONU, são particularmente relevantes para esta iniciativa: o ODS 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; o ODS 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; e o ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Além desses, a iniciativa também contribui para algumas das metas dos Objetivos 4. Educação de qualidade, 10. Redução das desigualdades, 12. Consumo e produção responsáveis e 13. Ação contra a mudança global do clima.

¹ Disponível em: <http://arymax.org.br/conhecimento/inclusaoprodutivanobrasil/>

Como em todo processo de transição de paradigmas, a mudança de visão implicada nesta iniciativa, para sensibilizar outros atores e transformar-se em linguagem compartilhada, é algo que envolve um esforço significativo de mobilização de evidências, sistematização de lições vindas da prática, formulações teórica e discursiva e disseminação de conhecimentos. É nestes marcos que se insere a iniciativa da Cátedra e este edital.

3. O que é a Cátedra itinerante

Cátedra é uma denominação utilizada predominantemente no ambiente do ensino superior para designar a condição de um professor, de um pesquisador ou de uma instituição, em caráter temporário ou permanente, destinado ao ensino, à pesquisa ou à extensão universitária em torno de um determinado tema ou área do conhecimento.

No caso específico deste edital, propõe-se uma Cátedra itinerante; isto é, que será sediada por diferentes organizações, em distintos momentos, com duração determinada.

Ela se sustenta em duas ideias:

a) há vários atores dispersos, com capacidade de repercussão limitada, mas que vêm investindo esforços na mesma direção preconizada pela Aliança e que poderiam ter seus resultados amplificados mediante um apoio pontual; e,

b) ao mesmo tempo, é preciso favorecer e criar condições para que sejam produzidos novos conhecimentos capazes de dialogar com esta mesma perspectiva, estimulando novos pesquisadores e instituições a se debruçar sobre o tema, formando capacidades, sobretudo em um contexto restritivo como o do Brasil atual, marcado por brutal crise fiscal que atinge o meio educacional e científico.

O intuito, portanto, é mobilizar um apoio dirigido a iniciativas que possam ampliar a capacidade de repercussão de conhecimentos de ponta já produzidos sobre a inclusão produtiva, em particular sobre a inclusão produtiva rural, e viabilizar a produção e a sistematização de novos conhecimentos visando sua veiculação e incidência junto a um público mais amplo.

4. Objetivo

O objetivo geral da Cátedra é viabilizar pesquisas, publicações, eventos, formatação ou execução de currículos, atividades de extensão e ensino ou uma combinação destes instrumentos, cuja sistematização resulte em novos conhecimentos relevantes para potencializar a disseminação e a capacidade de incidência de abordagens inovadoras e abrangentes sobre inclusão produtiva rural.

5. Elegibilidade

As instituições elegíveis para esse edital são aquelas que se dedicam à produção e à sistematização de conhecimentos sobre inclusão produtiva rural. Por valorizar a diversidade de atores e de formas de produção de conhecimento, além de universidades e outras instituições acadêmicas, a Cátedra convida também a concorrer a este edital outros tipos de organizações como centros e institutos de pesquisa, fundações, organizações não governamentais (ONG), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e afins, desde que em seu escopo

de atuação esteja a sistematização de práticas e saberes relevantes para superar a exclusão produtiva nas áreas rurais. Organizações especializadas em assessoria a negócios ou consultoria a projetos, ainda que importantes, não se enquadram no perfil institucional almejado para sediar a Cátedra.

6. Projetos a serem apoiados

6.1 – Duração e valores dos projetos

A chamada expressa neste edital pretende selecionar pelo menos três propostas para sediar a Cátedra itinerante. Cada um deles poderá receber, para a realização de um plano de trabalho de oito meses – de novembro de 2020 a junho de 2021 –, um montante máximo de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

6.2 – Itens financiáveis

São financiáveis quaisquer itens, desde que aplicados em conformidade com a legislação brasileira e vinculados à execução de plano de trabalho e à entrega dos produtos indicados na proposta a ser apresentada pelas instituições e pesquisadores que se candidatem a este edital. As propostas podem envolver uma ou mais atividades mencionadas no **item 4**.

6.3 – Cronograma de desembolsos e condicionantes

Os valores serão repassados em três parcelas no decorrer do período mencionado no **item 6.1**, mediante assinatura de contrato entre Cebrap e as organizações ou pesquisadores selecionados, onde constarão os compromissos de ambas as partes. A liberação das parcelas será condicionada à devida avaliação e aprovação, pelo Cebrap Sustentabilidade, dos produtos previstos para cada etapa.

6.4 – Renovação de apoio

Será possível a concessão de um financiamento adicional, no máximo pelo período de mais um ano – de julho/2021 a junho/2022. Para isso, as organizações e pesquisadores deverão submeter novo projeto ao edital para tal período, a ser divulgado oportunamente, e a proposta será avaliada juntamente com as demais submetidas naquela ocasião. Nenhuma organização ou pesquisador terá o apoio renovado por mais do que uma vez.

7. Critérios e recomendações para a seleção de propostas

A seleção das propostas será realizada com base em um conjunto de critérios e recomendações. Os **critérios obrigatórios**, que devem necessariamente ser observados pelas propostas submetidas, são:

- O critério principal a ser adotado na seleção de projetos será a **qualidade** das propostas apresentadas, avaliada por sua capacidade, consistência e coerência em dialogar substantivamente com os marcos gerais de tratamento do tema, tal como expresso no **Anexo** deste edital.
- Demonstração de como a proposta contribuirá para a **instalação de capacidades** na instituição que sediará a Cátedra. Entre as capacidades que podem ser desenvolvidas pelas instituições estão, por exemplo: capacidades relacionadas à criação de infraestrutura para produção e sistematização de conhecimentos, capacidades técnicas de pessoal, capacidades para inserção em redes de conhecimento, capacidades em diálogo e incidência com atores relevantes para a inclusão produtiva rural como governos, empresas e organizações da sociedade civil.
- Demonstração da **viabilidade** de cumprimento dos objetivos e entrega dos produtos propostos dentro dos prazos estabelecidos nos termos deste edital.
- Demonstração do **potencial impacto** dos produtos e conhecimentos gerados, com a identificação explícita da aplicabilidade e de estratégias de incidência dos resultados da Cátedra sobre populações em situação de vulnerabilidade (particularmente jovens e mulheres, negros e povos indígenas), sobre organizações que atuam com inclusão produtiva, ou sobre o poder público

Além disso, é **recomendado** que as propostas considerem:

- Estratégias de pesquisa que produzam, sistematizem ou mobilizem **evidências concretas**, amparadas em método sólido de coleta e análise. Abordagens puramente normativas são de menor interesse para esta iniciativa.
- **Experiência, habilidades e competência** do corpo técnico a ser envolvido na implementação da Cátedra.
- Combinação de **diferentes perfis** das pessoas a serem envolvidas, mesclando a presença de pesquisadores experientes e de jovens pesquisadores.

A avaliação dos projetos levará em conta, além da observância dos critérios acima elencados, as informações sobre a localização geográfica dos proponentes: será considerado como critério diferencial o envolvimento destacado de instituições, pesquisadores e grupos de pesquisa de regiões historicamente marcadas por problemas de inclusão produtiva rural, como proponente ou parte associada na proposta recebida.

A seleção final poderá considerar também como critério diferencial a complementariedade entre os projetos aprovados.

8. Prazos e procedimentos

8.1 – Envio das propostas

As propostas deverão ser enviadas unicamente para o e-mail: sustentabilidade@cebrap.org.br até o horário limite das 23h59 do dia 31/10/2020.

8.2 – Formato das propostas

As propostas não poderão exceder 13 (treze) páginas, formatadas em espaço simples, fonte 12, e devem estar organizadas necessariamente nos seguintes itens, apresentados em, no máximo, uma página para cada um:

- **Por que estamos apresentando esta proposta?**

Indicar a motivação principal do pesquisador ou instituição. Qual a relevância da proposta tendo em vista os objetivos da Cátedra. Quais os objetivos com o desenvolvimento deste projeto.

- **Qual é o tema e o problema que serão abordados?**

Indicar dentre os temas expressos no **Anexo** deste edital, com qual deles, ou com qual combinação deles, a proposta dialoga. Dentro deste(s) tema(s), indicar especificamente quais perguntas se pretende responder ao final da execução da proposta.

- **O que já se sabe sobre o(s) tema(s) e problema elencados?**

Indicar em que consiste o conhecimento já acumulado sobre o(s) tema(s) e sobre o problema tendo por base, necessariamente, referências bibliográficas. Podem ser utilizadas fontes da literatura científica, evidências e resultados de pesquisas não publicadas ou publicadas de forma não comercial, denominadas como *grey literature*.

- **O que será acrescentado ao que já se sabe sobre o(s) tema(s) ou problema(s) elencados?**

Indicar qual é a contribuição que os resultados previstos trarão para introduzir inovações na produção de informações, reflexões e análises que façam avançar a fronteira do conhecimento já existente sobre o(s) tema(s) e o problema de que trata a proposta.

- **Por meio de quais estratégias e ações a proposta chegará às inovações apresentadas?**

Indicar quais são as estratégias e ações que permitirão levar às inovações descritas no tópico anterior. Conforme mencionado anteriormente, é sugerido que sejam utilizados métodos sólidos de tratamento analítico e uso de evidências, ao invés de abordagens puramente normativas.

Se as ações envolvem atividades presenciais (seminários, reuniões e afins) ou deslocamentos (pesquisa de campo, participação em eventos), é necessário indicar

expressamente qual é o plano de contingência a ser adotado, caso elas não possam ser realizadas devido a restrições causadas pela pandemia Covid-19.

- **Quais produtos serão gerados?**

Indicar quais produtos irão concretizar os resultados esperados com a proposta. Especificar quais os usos esperados para cada tipo de produto elencado. Se houver, destacar os produtos preliminares e finais.

- **Quais são as estratégias de incidência dos resultados da Cátedra sobre populações em situação de vulnerabilidade, sobre organizações que atuam com inclusão produtiva, ou sobre o poder público?**

Indicar se a proposta prevê (em caso positivo, quais são) formas de disseminação do conhecimento gerado e de incidir sobre o comportamento de agentes públicos e/ou privados, utilizando os conhecimentos produzidos para aperfeiçoar seus processos de tomada de decisão sobre ações envolvendo inclusão produtiva em áreas rurais e interioranas.

Incluir também de que forma a proposta irá incidir ou como poderá beneficiar grupos especialmente vulneráveis, particularmente jovens e mulheres, povos indígenas e negros, e de que forma a proposta pode contribuir para o enfrentamento dos desafios e resolução de problemas relacionados às mudanças climáticas.

- **Qual é a experiência anterior (do proponente) no(s) tema(s) abordado(s)?**

Indicar qual é a experiência anterior do proponente e da equipe a ser envolvida na iniciativa com temas associados à inclusão produtiva rural. Incluir referências de dois dos principais trabalhos publicados sobre o tema. Incluir link do CV/Lattes (ou equivalente, para o caso de proponentes não acadêmicos) do principal responsável pela proposta.

- **Quais as características dos participantes a serem envolvidos na implementação da Cátedra?**

Indicar sumariamente informações de perfil da equipe proponente. Assinalar se há critérios de composição da equipe envolvendo experiência, equilíbrio de gênero ou outros critérios. Importa saber também se há pessoas de perfil não acadêmico envolvidas e como se dará tal envolvimento.

- **Como a iniciativa contribuirá para a instalação de capacidades na instituição que sediará a Cátedra?**

Indicar especificamente como a iniciativa proposta pretende fortalecer capacidades institucionais dos atores e organizações das regiões marcadas por problemas de inclusão produtiva rural.

- **Como será usado o apoio financeiro a ser disponibilizado?**

Indicar quais são os principais itens nos quais serão aplicados os recursos da Cátedra e um cronograma de gastos (orçamento e cronograma). Elencar se há complementaridade com recursos de outras fontes e, em caso positivo, apontar sua origem e montante. É sugerido que a taxa de administração (custos de *overhead*) seja reduzida de forma a privilegiar os gastos com o processo de pesquisa.

- **Qual é o cronograma de execução das ações e de conclusão dos produtos previstos?**

Indicar quais são os prazos de execução das ações e de entrega de produtos. Se houver ações que envolvam atividades presenciais ou deslocamentos, apontar qual é o impacto sobre o cronograma da eventual adoção do plano de contingência de riscos, caso tais atividades não possam ser realizadas devido às restrições da pandemia Covid-19 ou similares.

- **Há informações ou comentários adicionais relevantes para avaliação da proposta?**

Indicar aqui quaisquer informações ou comentários adicionais que possam auxiliar os avaliadores a compreenderem detalhes relativos à proposta. Deve-se indicar também se há algum potencial conflito de interesse implicado na apresentação ou implementação da proposta, caso aprovada.

8.3 – Avaliação das propostas

A avaliação das propostas será realizada mediante a elaboração de pareceres preparados por pesquisadores independentes e sem vínculos com os proponentes, a serem designados pelo Cebrap Sustentabilidade, que é a organização responsável pela gestão da Cátedra. Os critérios utilizados para avaliação são aqueles expressos no **item 7** deste edital.

Caberá ao Comitê de acompanhamento da Cátedra - formado por representantes do Cebrap, das organizações que compõem a Aliança, e por três membros externos de reconhecida experiência e atuação no tema - indicar, apoiados na análise dos pareceres elaborados previamente, quais serão as organizações escolhidas para sediar a Cátedra no período de que trata este edital.

8.4 – Divulgação dos resultados

A decisão sobre as propostas selecionadas e seu resultado é irrecorrível. Este será publicado até o dia **15 de novembro de 2020** no site do Cebrap. A depender da quantidade de propostas recebidas, este prazo poderá ser prorrogado e esta informação, bem como a nova data de publicação dos resultados, será indicada também no site do Cebrap.

8.5 – Esclarecimentos e informações

A “Cátedra Itinerante Inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano” reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente edital.

Esclarecimentos e informações adicionais podem ser solicitadas no mesmo endereço eletrônico indicado para o envio das propostas.

Este edital entra em vigor na data da sua publicação.

São Paulo, 01 de outubro de 2020.

Anexo

Temas e perguntas a serem respondidas pelas propostas candidatas ao edital 2020/2021 da “Cátedra Itinerante Inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano”

O que se considera rural nesta proposta

A definição de espaços rurais com a qual se trabalha aqui é mais ampla do que aquela expressa nas estatísticas oficiais (nas quais o rural se restringe àquilo que está fora do perímetro urbano dos municípios) e também no senso comum (que frequentemente associa o rural a um tipo de atividade, a agricultura, ou a uma paisagem marcada pelos campos).

Nesta visão ampliada aqui adotada, trata-se de olhar para territórios, localidades ou microrregiões que englobam também as sedes dos pequenos municípios e vilarejos; trata-se, portanto, de espaços de *características predominantemente rurais*.

Esta visão mais atual é crescentemente utilizada nos estudos e práticas de planejamento. Foi introduzida nos estudos brasileiros na virada para o século XXI e se inspira em grande medida na literatura internacional e nas formas de classificação usadas por agências como a OCDE. Segundo tal concepção, cunhada em função das dinâmicas espaciais contemporâneas, faria mais sentido classificar os diferentes tipos de territórios em: essencialmente urbanos (aqueles marcados por grandes metrópoles), intermediários (com características rurais, mas com a presença de ao menos uma cidade média que polariza seu entorno), e predominantemente rurais (marcados por baixa densidade populacional e presença de pequenos municípios).

As vantagens de operar com essa visão ampliada do rural são as seguintes:

- a) Boa parte da população rural hoje cruza os limites formais com os espaços urbanos diariamente. Isto acontece com filhos de agricultores que estudam nos pequenos núcleos urbanos próximos, com parte dos adultos que tem um emprego também nestas pequenas cidades e assim diversificam as rendas das famílias agrícolas. Ou o inverso: famílias que se mudam para os núcleos urbanos e nas quais parte de seus membros fazem deslocamentos diários para cuidar de lavouras ou da criação de animais nos sítios. Segundo os estudos disponíveis, esta realidade predomina em muitas regiões e tende a crescer com a maior conectividade física (melhoramento de estradas e ramais, uso disseminado de motocicletas) e virtual (ampliação da telefonia celular e internet) entre as zonas rurais e os núcleos urbanos.
- b) Não há vida urbana no Brasil interiorano sem relações de dependência com seu entorno rural, de onde vêm parte dos alimentos, mas, também os serviços ecossistêmicos fundamentais à vida e ao bem-estar das pessoas. E, não há vida rural sem relação com os núcleos urbanos, que abrigam mercados, equipamentos públicos de saúde, segurança, educação, entre outros, que são bens e serviços essenciais para as famílias rurais. Pensar as oportunidades de inclusão produtiva implica, portanto, tomar esta unidade ampliada como foco de intervenções e considerar devidamente as interdependências entre o rural e, sobretudo, as pequenas e médias cidades.
- c) Tudo isso permitirá ampliar o escopo de iniciativas de inclusão produtiva com as quais se pode trabalhar. Elas não envolvem somente a agricultura, mas podem se estender para as atividades ligadas ao trabalho em serviços para o bem-estar, como: educação,

saúde e cuidados, que em geral acontecem nesses núcleos urbanos de pequeno porte, ou mesmo para as atividades não agrícolas, cada vez mais importantes para a renda das populações que vivem nas áreas rurais.

- d) Esta forma de abordagem é também a mais adequada para a adoção de ações em diálogo com a narrativa da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Quando os territórios rurais são considerados para além da perspectiva setorial, abre-se a possibilidade de formulação de novas estratégias e ações com potencial de atuar sobre as interdependências que envolvem as diferentes dimensões da realidade e os vários atores e segmentos sociais mais relevantes nestes espaços.

O contexto da Inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano nos marcos da pandemia Covid-19

A pandemia da Covid-19 provocou uma mudança significativa de contexto para o tratamento dos temas relacionados à inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano. Isso se concretiza em vários aspectos, apontados, entre outros, pelo Instituto Veredas (2020) e por Favareto (2020).

Há uma **agudização da situação de vulnerabilidade** de muitas famílias rurais. As restrições à circulação de pessoas, bens e serviços motivadas pelas medidas de isolamento e distanciamento social afetaram duplamente muitas destas famílias, sobretudo as mais pobres: feiras e outras formas de comércio local foram interditadas em muitas áreas, impactando diretamente a renda destes agricultores; e nas chamadas famílias pluriativas, aquelas em que há uma participação de formas de trabalho e renda não provenientes da agricultura para parte dos membros do grupo familiar, muitos foram os casos de eliminação de postos de trabalho ou redução de salários. Não por acaso a FAO/ONU estimava, no início da pandemia, em pelo menos 5% o aumento na taxa de pobreza nas áreas rurais dos países da América Latina. Número este que pode ser ainda maior dependendo do futuro dos auxílios emergenciais adotados no período mais duro de restrições.

Há também uma **aceleração de certas tendências** que já estavam em curso, e que irão impactar agora ainda mais, e de forma mais rápida, as condições de inclusão produtiva das famílias rurais. Pode-se mencionar a maior seletividade adotada por empresas, entre os produtores de certas cadeias de produtos agroalimentares, para diminuir riscos de fornecimento, ou a substituição de trabalho humano por trabalho artificial em agroindústrias ou nas etapas de plantio, colheita e beneficiamento. Outra tendência que ganha força é a introdução de novas tecnologias, também orientadas a contornar as restrições impostas pelo contexto da pandemia e que impediram os deslocamentos e contatos entre pessoas e grupos. Inclui-se aí a disseminação do uso de aplicativos e mídias eletrônicas para funções como venda direta do produtor ao consumidor, orientações e assistência aos produtores, entre outros aspectos.

Há, por fim, uma **fragilização da capacidade de resposta** de governos, empresas, e mesmo de organizações da sociedade civil a este novo contexto. O enfrentamento da pandemia provocou uma elevação dos gastos públicos, agravando a crise fiscal que já vinha se formando por conta da continuada crise econômica. As incertezas e os riscos associados à recuperação econômica inibem o investimento privado maciço, fator que poderia gerar um novo ciclo de crescimento com expansão do emprego. O aprofundamento da crise tem levado as organizações sociais a atuar sobre os temas mais emergenciais, buscando amenizar a crise humanitária instalada.

Todo contexto de crise é feito de muitos desafios, como os mencionados acima, e também de algumas poucas **oportunidades**. Quanto a isso, em três domínios a pandemia abriu ou ampliou possibilidades que podem representar um campo promissor para a inclusão produtiva rural.

O primeiro deles envolve as relações **rural-urbano**. Muitos estudos têm destacado que, diante da possibilidade de que se repitam situações com a da pandemia da Covid-19, pessoas e empresas tendem a deixar os grandes centros, buscando instalar residências e empresas nas cidades médias, ou nas pequenas cidades do entorno destes centros de médio porte ou em pequenos municípios nas cercanias das áreas metropolitanas. A rigor, tal movimento já vinha ocorrendo: nas últimas duas décadas, no Brasil, o crescimento demográfico se concentrou justamente nas cidades médias e nos pequenos municípios localizados até três horas de deslocamento dos grandes centros. Isso cria oportunidades de integração de mercados entre áreas rurais e áreas urbanas próximas – mercado de trabalho, de produtos e de serviços e facilita o acesso de populações rurais a equipamentos e serviços situados nos centros urbanos.

O segundo domínio diz respeito aos **sistemas agroalimentares**. Com a pandemia, um dos principais hábitos alterados se associa justamente à alimentação. Muitas famílias voltaram a preparar refeições em casa, sobretudo diante das restrições de acesso aos restaurantes, e outros canais de fornecimento de alimentos. As formas de acesso aos alimentos também foram impactadas: enquanto para alguns há restrições ao acesso provocadas pela queda nos rendimentos familiares, para outra parcela da população as restrições de mobilidade induziram ao comércio direto com produtores rurais por meios de canais digitais e de telefonia, para citar apenas um exemplo. Outro aspecto é a centralidade conferida à qualidade da alimentação, na medida em que estudos recentes evidenciam cada vez mais a obesidade e a má nutrição como fatores de alto riscos para pacientes de Covid-19. As consequências destes aspectos são várias e envolvem, portanto, desde a saúde humana (possibilidade de diminuição no consumo de alimentos ultraprocessados e crescimento da procura por alimentos mais saudáveis), passando por aspectos ambientais (valorização de produtos associados à biodiversidade local ou que evitam grandes deslocamentos no trajeto do produtor ao consumidor), até os temas econômicos (com a ativação do comércio local, aumento das relações no âmbito das pequenas e curtas redes de distribuição, contribuindo para reter parte da renda no próprio território, ao contrário do que acontece nas cadeias longas).

O terceiro domínio, por fim, tem a ver com a maior **sensibilidade para temas ambientais**. Vale lembrar que a própria origem da Covid-19 está associada ao alto e crescente grau de alteração dos ecossistemas naturais, aspecto que expõe cada vez mais os humanos a agentes patogênicos para os quais não há anticorpos desenvolvidos e disseminados. Além disso, muitos segmentos têm visto no debate sobre a retomada econômica, a oportunidade de fazê-la sobre novas bases, isto é, estimulando atividades que auxiliem, a um só tempo, na retomada da produção e dos serviços, que isso seja feito em atividades que contribuam mais para o bem-estar humano, e que permitam ainda a descarbonização da matriz produtiva mundial, diminuindo seus impactos sobre o meio ambiente. Temas como bioeconomia, *green new deal* e outros traduzem este tipo de anseio. E, as áreas rurais são, por definição, lugar privilegiado para o estabelecimento de novas formas de relação entre sociedade e natureza.

Tudo isso, no entanto, ainda não conforma uma nova agenda para a inclusão produtiva rural. São possibilidades emergentes, mas que precisam ganhar corpo, coerência e

complementaridade para que as respostas produzidas por governos, empresas e sociedade se deem à altura dos desafios postos pelo novo contexto.

No que diz respeito às **políticas públicas** a situação é ambígua. Por um lado, o Brasil deu origem a toda uma geração de programas e iniciativas que inspiraram inclusive outros países da região. São exemplos disso o Pronaf, programas como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) a Estratégia de inclusão produtiva do Programa Brasil Sem Miséria, entre outros. Por outro lado, vários destes programas vinham apresentando limites para chegar à população mais pobre ou no volume necessário. E nos anos mais recentes tem havido descontinuidades e diminuição de recursos que limitam ainda mais seu alcance. Há, pois, um amplo terreno para inovações a ser explorado sob este tema.

No que diz respeito ao **comportamento empresarial** também há ambiguidades. É crescente a sensibilidade acerca da necessidade de que sejam desenvolvidas ações que favoreçam a inclusão produtiva, pois a simples retomada do crescimento econômico, quando houver, pode não ser o suficiente para ampliar as oportunidades, sobretudo dos mais vulneráveis, devido à intensividade tecnológica e à seletividade do mercado de trabalho no mundo contemporâneo. Por outro lado, os modelos de negócios ainda são pouco orientados a explorar estas novas oportunidades mencionadas, ou a criar espaços que favoreçam a inclusão de trabalhadores e produtores em condição de maior vulnerabilidade.

E, no comportamento das **organizações sociais** a situação se repete. O tema da inclusão produtiva é objeto de muitas iniciativas, mas há espaço para maior aderência a novos temas e tendências e, sobretudo, para que se busque maior complementaridade entre ações, superando a excessiva especialização temática ou geográfica.

Temas prioritários para a Inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano em um contexto pós pandemia

Todos estes temas e ponderações são tratados em estudo recente produzido pelo Instituto Veredas (2020). Nele, os autores desdobram esta leitura do contexto em três temas prioritários para a inclusão produtiva rural no pós-pandemia, aos quais poderá ser agregado um quarto.

Os parágrafos a seguir reproduzem a identificação dos temas feita naquele relatório. São eles:

a) Aumento da produtividade dos pequenos negócios agrícolas. A baixa produtividade dos pequenos negócios reduz os ganhos gerados para os empreendedores e dificulta a inserção dos produtos nos mercados. Para ampliar a sua produtividade, os negócios rurais precisam, de forma combinada, contar com apoio financeiro e técnico, ser capazes de atuar coletivamente e acessar mercados. Devido ao impacto gerado pela pandemia, é preciso que essas ações sejam aprofundadas e melhor coordenadas, dando atenção à heterogeneidade existente:

- i. Utilização de técnicas mais amigáveis com o meio ambiente e de altos rendimentos. Mesmo para a produção em menor escala, é possível oferecer apoio técnico para os agricultores de maneira a gerar produtos que podem se diferenciar nos mercados e ser competitivos. Alguns exemplos nesse sentido são o melhoramento das condições de criação de pequenos animais na região

do Semiárido, que é decisiva para a inclusão produtiva das famílias, ou os Sistemas Agroflorestais (SAFs), onde há a importância de vegetação nativa e pode se utilizar a biodiversidade de maneira sustentável.

- ii. Desenvolvimento de instrumentos de apoio financeiro adequado às necessidades dos produtores. Em muitos casos, os produtores não contam com a capacidade financeira para fazer os investimentos necessários para aumentar a sua produtividade, não podem correr riscos muito elevados e também não tiveram a oportunidade de desenvolver a sua capacidade de gestão financeira. Nesse sentido, podem ser considerados aperfeiçoamentos em programas governamentais como o Pronaf ou o desenvolvimento de novos fundos e instrumentos que ofereçam modalidades de apoio mais adequadas aos agricultores mais vulneráveis e permitam compartilhar o risco e os resultados dos investimentos realizados. Além disso, também pode ser interessante dar uma maior atenção às cooperativas de crédito, que historicamente desempenham um papel importante para os produtores mais vulneráveis.
- iii. Oportunidades de parcerias entre os agricultores que estejam fortemente associadas ao acesso a mercados. É por meio do estabelecimento de parcerias que geram resultados para os produtores, e não apenas apresentações e capacitações, que é possível criar condições para a ação coletiva. Assim, é preciso combinar a atenção ao associativismo com o acesso a mercados, o qual é discutido a seguir.

b) Aperfeiçoamento de estratégias de acesso a mercados. Com frequência, os mercados para os produtores rurais não estão localizados próximos a eles, a venda de seus produtos pode ser feita por intermediários que se apropriam de maneira indevida de seus ganhos e pode ser difícil para os pequenos produtores venderem para compradores de maior porte, devido à sua oferta fragmentada e que não condiz com o tempo de resposta buscado pelos compradores. Há três estratégias que têm sido empregadas para melhorar o acesso a mercados de pequenos produtores e que poderiam ser aperfeiçoadas para potencializar seus resultados:

- i. Cadeias curtas. É preciso aprimorar os canais de venda direta para os consumidores finais, cujas possibilidades foram ampliadas com a pandemia. Isso pode se dar por meio de canais digitais, como o desenvolvimento aplicativos e *e-commerce*, os quais devem estar associados a uma solução logística efetiva. Também pode ocorrer em locais físicos, com a melhoria das condições das feiras, por exemplo. Outra forma de fortalecer as cadeias curtas é por meio de incentivos ou instrumentos como selos e certificações que reconheçam e valorizem os produtores locais e, com isso, permitam a criação de contratos mais estáveis com o comércio local e com as redes locais de distribuidores.

- ii. Políticas de compras públicas. Ainda que o Brasil conte com políticas inovadoras nessa área, elas ainda são pouco aproveitadas, em grande medida devido a receios no desenvolvimento de licitações, as quais são acompanhadas pelos órgãos de controle. Os limites do PAA são muito restritos, enquanto a implementação do PNAE dificilmente cumpre as metas propostas. O potencial dessas políticas de se tornarem indutoras do desenvolvimento dos negócios rurais para que acessem outros mercados também precisa ser melhor explorado, aliando as demandas de pequenos produtores com a atuação conjunta de governantes e de órgãos de controle e fiscalização.
- iii. Grandes compradores privados. Para comercializar produtos com grandes compradores, é preciso compatibilizar as demandas desses com a oferta fragmentada dos produtores. Para isso, é importante desenvolver instrumentos que criem um espaço de negociação com os compradores privados, o qual pode ser estimulado por meio de incentivos e políticas que favoreçam a inserção dos pequenos produtores. Avançar nessas estratégias implica o desenvolvimento de soluções de logística e cooperação entre produtores, um maior acesso à informação, a elaboração de contratos e a criação de uma outra cultura de negociação junto aos compradores.

c) Digitalização dos sistemas alimentares. A digitalização se acelerou durante a pandemia, com destaque para o comércio eletrônico, e pode representar um passo importante para a inclusão produtiva e financeira das comunidades rurais. Passada a pandemia, se torna cada vez mais necessário garantir que os produtores mais vulneráveis, apesar da débil infraestrutura tecnológica, dos altos custos da tecnologia, dos baixos níveis de letramento digital, e do acesso limitado aos serviços, sejam incluídos no processo de digitalização. A FAO (2020) recomenda uma estrutura geral de incentivos que podem ser usados pelos governos para o avanço da digitalização das áreas rurais, envolvendo o subsídio inteligente à oferta e à demanda; o apoio a incubadoras, aceleradoras, polos de inovação; e um melhor acesso a produtos financeiros apropriados para novas empresas, micro, pequenas e médias empresas e prestadores de serviços. Há oportunidades para a digitalização tanto dentro como fora das propriedades rurais (FAO, 2020; SEIXAS, 2020):

- i. Tecnologias digitais para apoiar da porteira para dentro. Ferramentas e tecnologias digitais têm sido usadas para facilitar e complementar os serviços de assistência técnica e extensão rural presencial, de consultoria e de gestão dos negócios rurais. Essas ferramentas digitais permitem uma comunicação eficiente entre os produtores e as organizações provedoras desses serviços. As soluções podem variar a depender dos contextos e das estruturas locais, incluindo medidas simples como trocas de mensagens por SMS ou rádios, até as mais inovadoras, como o uso de softwares, drones e inteligências artificiais.

- ii. Tecnologias digitais para apoiar da porteira para fora. Para além da atividade produtiva, a digitalização também pode apoiar em atividades como a comercialização dos produtos, a logística e o acesso a serviços financeiros. Para esses diferentes aspectos, as soluções promissoras emergentes que precisam ser aperfeiçoadas. O *e-commerce* permitiu acesso a alimentos durante a pandemia, mas as plataformas ainda abordaram parcialmente o acesso a produtos perecíveis, como frutas, vegetais, laticínios e carnes - tipos de alimentos que requerem um processo logístico ágil e eficiente. Há também algumas soluções mais inovadoras em desenvolvimento, como *Fintechs* que conectam credores e tomadores de crédito online, e as tecnologias de *blockchain*, que podem ser utilizadas para apoiar na logística, utilização de contratos inteligentes e rastreabilidade (conexões entre insumos, produtores e compradores).

A estes três temas destacados no relatório citado, pode-se acrescentar um quarto:

d) Novas formas de uso dos recursos naturais. Uma das principais características dos espaços rurais no mundo contemporâneo é a diversificação das oportunidades de utilização dos recursos naturais. Durante o século XX sua função principal consistiu em produzir alimentos para dar conta da demanda de um mundo marcado por crescente urbanização e expansão demográfica. No século XXI, outras funções passam a ser igualmente importantes: a conservação ambiental e a prestação de serviços ecossistêmicos necessários ao bem-estar humano; a produção de energia; os usos da biodiversidade em produtos não alimentares; o turismo e outros serviços apoiados na exploração econômica das amenidades típicas dos espaços rurais. Entre as possibilidades de aproveitar este potencial e traduzi-lo em oportunidades de inclusão produtiva estão:

- i. Sobre conservação ambiental. São várias as formas de associar conservação ambiental e inclusão produtiva. Elas vão desde a adoção de sistemas produtivos que associam a conservação da base de recursos com a geração de insumos para a produção agrícola ou animal (como no caso dos sistemas agroflorestais, já mencionados), mas podem ir além. No meio empresarial, os Pagamentos por serviços ambientais (PSA) vêm sendo uma modalidade crescentemente utilizada. Mas há queixas de que tais mecanismos não beneficiam como deveriam pequenos produtores. Experiências e aprendizados inovadores a este respeito pode contribuir decisivamente para estimular práticas de conservação e gerar inclusão entre a população rural mais pobre.
- ii. Sobre produção de energia. Nos anos recentes o Brasil deu um enorme salto na participação da energia eólica. Isso tem beneficiado agricultores que recebem compensações financeiras pela instalação de torres de geração em suas áreas. Governos estaduais têm buscado formas de incentivar empresas para que priorizem a locação de terras de agricultores pobres. Mas ainda são poucos os projetos que buscam associar a aplicação dos fundos gerados com *royalties* ou pagamento por locação de terras para produção de energia a projetos

produtivos destes agricultores. No caso da energia solar, sobretudo em comunidades mais isoladas, há vários projetos de geração que poderiam resultar em melhoria da renda com comercialização de excedente da energia produzida. Vale lembrar que o maior potencial de energia solar e eólica no Brasil está justamente em áreas com alta incidência de pobreza rural.

- iii. Sobre usos da biodiversidade para além da produção de alimentos. Os debates sobre a retomada da economia no contexto pós pandemia têm, em muitos países, sido vinculado à descarbonização da matriz produtiva. No Brasil, mesmo sem a mesma ênfase, há um inegável crescimento do debate sobre a bioeconomia, envolvendo empresas, setores e governos, e parte expressiva da comunidade científica. Há um grande potencial em pequenos negócios apoiados na valorização da biodiversidade, mas também a necessidade de que essas novas formas de uso dos recursos naturais alcancem os grandes negócios, com uso crescente de materiais de base biológica. Isto pode envolver a reestruturação de cadeias e estratégias de negócios em vários ramos. Há, contudo, uma queixa de que muito do que se propõe, prioriza a conservação ambiental, mas pouco favorece pequenos produtores e extrativistas. Aproximar a bioeconomia das oportunidades de inclusão dos mais pobres por meio de tecnologias adaptadas, estratégias de inserção em cadeias produtivas e melhoria de produtividade é um caminho para isso.
- iv. Sobre turismo e amenidades rurais. O Brasil é um dos países com maior potencial subutilizado de exploração turística. O número de visitantes internacionais é menor do que aquele visto em países vizinhos na região. E mesmo em termos domésticos, as visitas a parques nacionais, por exemplo, poderia crescer significativamente. O contexto da pandemia exige um conjunto de adaptações na prática do turismo, com as restrições de contatos e deslocamentos. Mas também haverá uma maior procura por possibilidades de que se estabeleçam formas de turismo e de contato com as amenidades rurais seguras, evitando os riscos do turismo de massas. Isso, somado à crescente valorização da natureza e das amenidades naturais, pode também representar oportunidades de inclusão produtiva para populações rurais em regiões dotadas de beleza cênica ou atributos associados ao patrimônio histórico e cultural.

As oportunidades de atuação sobre estes temas podem ser objeto de tratamento em três domínios diferentes: a) por meio do **apoio direto** a experiências embrionárias ou em curso; b) por meio de ações de **advocacy**, orientadas a influenciar o ambiente das políticas públicas e dos incentivos que afetam os temas prioritários; c) através da formação ou fortalecimento de **coalizões** de atores, aproximando organizações e formas de ação coletiva voltadas a reposicionar o tema da inclusão produtiva na sociedade brasileira e a mobilizar os recursos humanos, cognitivos, políticos e financeiros necessários a isso.

Estes temas e tipos de ação estão sistematizados no quadro a seguir, adaptado de Instituto Veredas (2020).

Tabela 1: Temas e tipos de ações possíveis para promover economias locais resilientes nas áreas rurais

Caminho para a inclusão produtiva	Ação direta	Advocacy	Coalizões e redes
<i>Aumento da produtividade dos pequenos negócios agrícolas</i>	- Criar parcerias ou estratégias de acompanhamento aos pequenos negócios rurais que lhes permitam investir em suas propriedades, compartilhar os riscos implicados, desenvolver suas capacidades, atuar coletivamente e acessar mercados	- Estimular o desenvolvimento de incentivos para a adoção de técnicas de alto rendimento e amigáveis com o meio ambiente direcionadas aos pequenos produtores - Apoio ao aperfeiçoamento do Pronaf e à criação de novas políticas para atender às necessidades de agricultores familiares mais vulneráveis	- Desenvolver novos fundos de apoio para pequenos negócios agrícolas - Fortalecimento das cooperativas de crédito para que apoiem os pequenos produtores - Investir no desenvolvimento de tecnologias que permitam o aumento da produtividade dos pequenos produtores e sua diferenciação no mercado.
<i>Aperfeiçoamento de estratégias de acesso a mercados</i>	- Apoiar o estabelecimento de cadeias curtas (virtuais ou não)	- Aperfeiçoar as políticas de compras públicas para que sejam indutoras de desenvolvimento dos pequenos negócios	- Criar as condições de contratualização para que pequenos produtores possam comercializar seus produtos com grandes compradores
<i>Digitalização dos sistemas alimentares</i>	- Oferecer assistência técnica e extensão rural à distância para produtores em áreas isoladas - Estabelecer incubadoras, aceleradoras e polos de inovação para apoiar os pequenos produtores	- Criar incentivos que promovam a digitalização dos sistemas alimentares - Estimular a digitalização dos serviços públicos de extensão rural	- Desenvolver estratégias baseadas em <i>blockchain</i> para aprimorar a logística e o acompanhamento das transações
<i>Novas formas de uso dos recursos naturais</i>	- Criar formas de apoio (financeiro, tecnológico, de capacitação ou acesso a mercados) que favoreçam as novas formas de uso dos recursos naturais	- Aprimorar marcos legais que favoreçam a inclusão de populações tradicionais em programas, políticas e fundos voltados às várias atividades que conformam o campo da chamada “bioeconomia”	- Ampliar ou criar arranjos multi-atores voltados a ampliar o potencial de novas formas de uso dos recursos naturais que beneficiem diretamente agricultores familiares e populações tradicionais

Fonte: Reproduzido (com acréscimos) de Instituto Veredas (2020).

Perguntas a serem respondidas por propostas submetidas ao Edital 2020/2021 da Cátedra

Considerando os **temas** mencionados nas páginas anteriores e os **tipos de ações** elencados no quadro acima, as propostas apresentadas para sediar a Cátedra itinerante deverão **escolher um ou um conjunto de tipos de ações naqueles temas e mobilizar evidências** ou **sistematizar informações** que permitam responder a(às) pergunta(s) abaixo:

- a) Quais são as principais lições que experiências sobre o(s) tema(s) selecionado(s) possibilitam para pensar o futuro da inclusão produtiva rural?
- b) Onde estão as melhores oportunidades para investimentos públicos e/ou privados neste(s) tema(s), quais características eles devem ter e por quê?

As respostas a estas perguntas devem estar amparadas em sólida análise, obtida a partir de estudos comparados ou de casos, revisão e sistematização de literatura, indicadores e métricas multidimensionais, consultas orientadas a agentes ou outros instrumentos, desde que permitam levantar as **evidências** necessárias a sustentar as afirmações apresentadas.

Referências bibliográficas

BANCO MUNDIAL. **Effects of the Business Cycle on Social Indicators in Latin America and the Caribbean: When Dreams Meet Reality**. Washington D.C. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/31483>. 2019.

FAVARETO, A. **A Estratégia de Inclusão Produtiva Rural do Programa Brasil Sem Miséria: arranjo institucional, implementação e aprendizados**. Relatório. Banco Mundial. 2020.

FAVARETO, A. & CAVALCANTE FILHO. **Sete efeitos da pandemia sobre a agricultura e o Brasil rural e interiorano. Novos Estudos** – Cebrap. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/sete-efeitos-da-pandemia-sobre-a-agricultura-e-o-brasil-rural-e-interiorano/>

FUNDAÇÃO ARYMAX. **Inclusão Produtiva no Brasil: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda**. Disponível em: <http://arymax.org.br/conhecimento/inclusaoprodutivanobrasil/>

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017 - 2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO VEREDAS. **Futuro da Inclusão Produtiva**. Brasília: Instituto Veredas, 2020.

MALDONADO, J. et al. **Protección, producción, promoción: explorando sinergias entre protección social y fomento productivo rural em América Latina**. Bogotá: Uniandes, 2016.

MELLO, J. **Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural**. Brasília: IPEA. 2018.